

RELIGIÃO CRISTÃ E UTOPIA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA FILOSOFIA E DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO LATINO-AMERICANA

CHRISTIAN RELIGION AND UTOPIA: AN APPROACH FROM LATIN AMERICAN LIBERATION PHILOSOPHY AND THEOLOGY

Renato Almeida de Oliveira¹

<https://orcid.org/0000-0003-4524-2014>

James Wilson Januário de Oliveira²

Resumo: Este artigo investiga as intersecções conceituais entre utopia e religião cristã, analisando como ambas operam como forças estruturantes de imaginários sociais e projetos de transformação do mundo. A utopia, enquanto representação de uma sociedade ideal futura, e a religião cristã, como sistema de crenças voltado à transcendência e à normatização ética da vida presente, compartilham elementos simbólicos, escatológicos e normativos. Assim, pretende-se, neste artigo, discutir como as ideias religiosas do cristianismo influenciaram e influenciam concepções utópicas (como no cristianismo primitivo), para proporcionar uma reflexão sobre o potencial e os limites de ambas as categorias como motores de mudança e crítica social. Nosso foco de análise é o contexto latino-americano, a partir das contribuições da filosofia e da teologia da libertação. Considerando os desafios históricos de desigualdade social, opressão e colonialismo, busca-se compreender como a utopia atua como categoria crítica e transformadora na articulação entre fé e justiça, por exemplo. A reflexão parte de pensadores como Enrique Dussel, Gustavo Gutierrez e Leonardo Boff, para explorar como a crítica à idolatria, a esperança libertadora e a práxis política se entrelaçam na luta por um mundo mais justo e solidário. Esses pensadores propõem uma leitura da fé cristã comprometida com a libertação dos pobres e a construção histórica do Reino de Deus. Argumenta-se que, neste contexto, a utopia não é uma fuga da realidade, mas um horizonte de possibilidade que impulsiona a práxis libertadora. A metodologia utilizada é qualitativa, baseada em análise bibliográfica. Conclui-se que a utopia, entendida como antecipação simbólica e prática de um mundo justo, permanece como fundamento filosófico, teológico, ético e político da resistência e da esperança na América Latina.

Palavras-chave: Utopia. Religião. Filosofia e teologia da libertação. América Latina.

Abstract: This article investigates the conceptual intersections between utopia and the Christian religion, analyzing how both operate as structuring forces in social imaginaries and projects for world transformation. Utopia, as a representation of an ideal future society, and the Christian religion, as a belief system focused on transcendence and the ethical standardization of present life, share symbolic, eschatological, and normative elements. Thus, this article aims to discuss how Christian religious ideas have influenced and continue to influence utopian conceptions

¹ Doutor em Filosofia. Professor na Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, Ceará, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5027075041056189>. Email: renato_oliveira@uvanet.br

² Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3870705923364322>.

(as in early Christianity), to provide a reflection on the potential and limits of both categories as drivers of change and social critique. Our focus of analysis is the Latin American context, drawing on the contributions of philosophy and liberation theology. Considering the historical challenges of social inequality, oppression, and colonialism, we seek to understand how utopia acts as a critical and transformative category in the articulation between faith and justice, for example. The reflection draws on thinkers such as Enrique Dussel, Gustavo Gutierrez, and Leonardo Boff to explore how the critique of idolatry, liberating hope, and political praxis intertwine in the struggle for a more just and supportive world. These thinkers propose a reading of the Christian faith committed to the liberation of the poor and the historical construction of the Kingdom of God. It is argued that, in this context, utopia is not an escape from reality, but a horizon of possibility that drives liberating praxis. The methodology used is qualitative, based on bibliographic analysis. The conclusion is that utopia, understood as a symbolic and practical anticipation of a just world, remains the philosophical, theological, ethical, and political foundation of resistance and hope in Latin America.

Keywords: Utopia. Religion. Philosophy and Liberation Theology. Latin America.

1 INTRODUÇÃO

A América Latina é um continente marcado por profundas contradições: abundância de recursos e pobreza extrema, riqueza cultural e violência estrutural. Nesse cenário, surgem correntes de pensamento que não apenas analisam essas contradições, mas propõem caminhos de transformação. A teologia e a filosofia da libertação são expressões paradigmáticas dessa busca por liberdade e justiça. Ambas articulam uma crítica ao sistema de dominação vigente e anunciam uma utopia baseada na dignidade dos pobres e excluídos. A utopia, nesse contexto, não é uma fuga da realidade, mas uma força histórica impulsionadora da libertação.

A força social da utopia cristã na América Latina é um tema de grande atualidade e relevância para os estudos no campo da Ciência da Religião, Filosofia e Sociologia da Religião e Teoria Social e Política. A utopia cristã, neste contexto, não é apenas uma expectativa escatológica do Reino de Deus, mas uma força histórica que mobiliza sujeitos sociais, fundamenta lutas políticas e propõe modelos alternativos de sociedade, especialmente entre os pobres e marginalizados.

A utopia cristã tem origem bíblica, nos Evangelhos e nos profetas do Antigo Testamento, em que o Reino de Deus é apresentado como uma realidade ética e espiritual que transcende e julga as estruturas históricas de dominação. A partir de uma teologia do Reino de Deus, Jesus anuncia um Reino que está próximo, que é dos pobres (cf. Mt 5,3), que exalta os últimos e humilha os poderosos (cf. Lc 1,52). Trata-se de uma inversão social e ética das estruturas de poder. A utopia cristã, portanto, propõe a justiça, a fraternidade, o cuidado com os vulneráveis e a denúncia das opressões. Além disso, com base no profetismo bíblico, a utopia ganha raízes

na tradição profética hebraica (Isaías, Amós, Miquéias), que clama por justiça, condena os ricos que oprimem os pobres e anuncia uma sociedade reconciliada com Deus.

A possibilidade de um novo mundo, um mundo melhor, mais justo e solidário, atravessa tanto as narrativas utópicas quanto as doutrinas religiosas. A utopia, enquanto construção literária ou filosófica de uma sociedade ideal, tem sido frequentemente influenciada por estruturas religiosas, e a religião cristã, por sua vez, projeta uma utopia libertadora em seus discursos sobre o Reino de Deus. Este artigo busca compreender como essas duas categorias se entrelaçam na história do pensamento latino-americano e qual é o papel de cada uma na conformação de valores, práticas sociais e modelos de organização coletiva.

Utopia e religião se complementam, especialmente no campo da cultura simbólica humana, diante do mundo conflituoso e dividido por classes sociais. Ambas projetam mundos possíveis e organizam valores a partir de referências externas, seja no plano do ideal político ou da transcendência espiritual. Historicamente, movimentos religiosos produziram imagens utópicas de salvação coletiva, assim como experiências utópicas se utilizaram de narrativas religiosas para legitimar projetos de reorganização social. Nas leituras latino-americanas, especialmente com a Teologia da Libertação, a escatologia cristã (esperança no fim dos tempos) é reinterpretada como uma esperança ativa, que exige transformação histórica e não apenas salvação individual.

A noção moderna de utopia foi sistematizada por Thomas More, cuja obra homônima de 1516 propunha uma sociedade regida por princípios de igualdade, racionalidade e harmonia. Contudo, como observa Ernst Bloch (2005), o pensamento utópico é anterior à modernidade e encontra ecos em mitos religiosos, escatologias e promessas messiânicas. Para o autor, a religião é uma das formas simbólicas do *princípio esperança*, ou seja, da capacidade humana de antecipar um mundo melhor: “As religiões têm utopias, e não apenas porque prometem paraísos, mas porque encarnam, em símbolos, a não-conformidade com o mundo tal como é” (Bloch, 2005, p. 221).

O presente artigo propõe uma análise teórica das intersecções entre utopia e religião cristã a partir de uma análise bibliográfica, envolvendo autores latino-americanos da filosofia e da teologia da libertação. O objetivo é evidenciar como o imaginário religioso contribuiu historicamente para a construção de projetos utópicos e, inversamente, como a utopia, em sua versão moderna e laica, conserva elementos simbólicos herdados do pensamento religioso. Além disso, objetiva-se explorar como a utopia se articula à religião e à ação libertadora no pensamento de autores fundamentais da tradição latino-americana. Nossa hipótese é que na filosofia e na teologia da libertação, a utopia não é apenas uma visão do futuro, mas uma

categoria crítica e prática que mobiliza a fé e a ação histórica em favor dos oprimidos, sendo parte essencial da práxis cristã e da resistência política no continente latino-americano.

2 A IDEIA DE UTOPIA

O termo utopia foi cunhado por Thomas More em 1516, e desde então designa tanto um lugar ideal (ou inexistente) quanto uma crítica ao presente. Utopias podem ser literárias, políticas ou filosóficas, e frequentemente expressam tensões sociais e desejos coletivos reprimidos. Ao imaginar uma sociedade perfeita, utopistas revelam as falhas das sociedades reais e propõem uma alternativa moralmente superior.

O conceito moderno de utopia tem raízes profundas nas formas simbólicas de esperança presentes na história da humanidade. Ernst Bloch (2005) argumentava que a utopia não é apenas um exercício imaginativo, mas uma função vital da consciência humana: “A utopia concreta trabalha com os materiais do real e os conduz além, na direção de um possível ainda não realizado” (Bloch, 2005, p. 216). Para ele, mesmo as religiões operam como expressões utópicas ao manter viva a tensão entre o mundo dado e o mundo desejado.

Comumente a ideia de utopia é utilizada para criticar as formas sociais marcadas pela exploração, conflitos de classes e miséria social. Michael Löwy (2000), ao comentar a necessidade de permear a luta revolucionária socialista com elementos utópicos, expressa a ideia de utopia nos seguintes termos:

Uma crítica irreconciliável e radical das formas atuais do capitalismo tardio e das sociedades burocráticas pós-capitalistas [...] A credibilidade de um projeto de transformação revolucionária do mundo requer a existência de modelos de uma sociedade alternativa, visões de um futuro radicalmente diferente e a perspectiva de uma humanidade verdadeiramente livre.

Uma utopia que apresente do modo mais concreto possível um imaginário enclave liberador ainda não existente (u-topos, em lugar nenhum) no qual a exploração dos trabalhadores, a opressão das mulheres, a alienação, a reificação, o Estado e o capital seja todos abolidos [...] devemos dar ao mesmo tempo rédea livre à imaginação criativa, aos devaneios, à esperança ativa e ao espírito visionário vermelho (Löwy, 2000, p. 127).

A ideia de utopia carrega uma ambivalência entre o inatingível e o desejável. No entanto, é extremamente necessária para motivar a organização das lutas por libertação. Desse modo, ela ganha um sentido histórico e concreto, é um princípio que habita as lutas dos oprimidos. A utopia é uma categoria crítica, uma negação do presente injusto e uma projeção ativa de um futuro alternativo, abrindo o imaginário para outras possibilidades de organização do social. Assim, a utopia desempenha uma função crítica, ao mesmo tempo que se articula com estruturas simbólicas mais amplas, muitas vezes enraizadas em narrativas religiosas.

A hegemonia neoliberal, consolidada nas últimas décadas do século XX e intensificada no século XXI, tem operado como um sistema global de racionalidade econômica, política e cultural que sufoca as utopias sociais, políticas e espirituais, reduzindo o horizonte das possibilidades humanas à lógica do mercado, da competição e do individualismo. Essa hegemonia não se limita a uma política econômica, mas constitui uma forma de vida e de subjetividade que marginaliza projetos coletivos e solidários de transformação social.

O neoliberalismo impõe uma racionalidade que absolutiza o mercado, deslegitima a política emancipadora e reduz a cidadania à condição de consumidor. Nesse cenário, a imaginação social é restringida, outras formas de viver e organizar a sociedade são vistas como inviáveis ou perigosas (como o socialismo, o comunitarismo ou a economia solidária). Além disso, há uma despolitização das massas a partir do que o neoliberalismo transforma a política em gestão técnica, esvaziando os espaços democráticos de debate sobre os fins fundamentais da sociedade. Ante essa desmobilização política, o indivíduo é isolado, onde o ideal de “empreendedor de si” rompe os vínculos de solidariedade e apaga o papel da coletividade. Como pensar em utopias nesse contexto? Como afirma David Harvey (2008), o neoliberalismo quer convencer a humanidade de que não há alternativa possível ao capitalismo e isso significa a morte das utopias.

Contudo, as utopias sempre encontra pequenas brechas para se manter viva. Isso tem ocorrido nos movimentos sociais que lutam por reconhecimento social e nessas suas lutas põem em debate o modo de organização social, política e econômica da sociedade contemporânea. Mas é preciso reforçar essas lutas e seu caráter utópico. Para tanto, Löwy elenca alguns elementos de utopia que devem ser explorados pelos movimentos e sujeitos sociais. São eles: 1) um novo sistema produtivo e tecnológico; 2) a emancipação do trabalho; 3) a livre distribuição de um número crescente de bens e serviços; 4) relações de gênero verdadeiramente igualitárias; 5) uma organização democrática e descentralizada da vida econômica, social e política. Em suas palavras:

Isso significa encorajar uma discussão de longo alcance, sem limites ou tabus sobre as possibilidades de um socialismo democrático baseado na autogestão, com planejamento verdadeiramente democrático (onde os valores de uso predominem novamente sobre os valores de troca), relações não alienadas entre os sexos, o restabelecimento da harmonia entre a humanidade e a natureza e o equilíbrio ecológico do planeta (Löwy, 2000, p. 127-128).

A ideia de utopia apresentada por Michael Löwy é um conceito profundamente influenciado pela tradição marxista, como pôde ser visto. Para Löwy, a utopia é concreta, não é uma mera fantasia irrealizável, mas uma força histórica real, uma possibilidade objetiva enraizada nas contradições do mundo capitalista e nos movimentos de resistência que emergem

a partir dele. A ideia de uma “utopia concreta” remonta originalmente a Ernst Bloch, para quem toda utopia verdadeira é expressão do “princípio esperança”, ou seja, da capacidade humana de desejar e projetar mundos novos, ainda não realizados, mas possíveis. Michael Löwy desenvolve essa noção em diálogo com Bloch, reforçando sua ênfase histórica e política. Em sua obra *Redenção e Utopia* (2020) e em textos posteriores, ele afirma que a utopia concreta é uma força de transformação social enraizada nas lutas do presente, mas orientada por uma visão emancipatória do futuro. Trata-se, portanto, de uma utopia concreta porque não se limita a abstrações ou idealismos, mas emerge de contradições históricas reais e das práticas coletivas de resistência.

Löwy também reconhece a importância das tradições religiosas emancipatórias, sobretudo na América Latina, como portadoras de utopias concretas. Em *A Guerra dos Deuses* (2000), ele analisa o conflito entre duas racionalidades religiosas: a racionalidade opressora: conservadora, legitimadora da ordem capitalista e a racionalidade libertadora: profética, baseada no Evangelho como crítica radical à opressão. A Teologia da Libertação, para ele, é uma forma de utopia concreta cristã, pois enraia-se na experiência dos pobres, denuncia o pecado estrutural do capitalismo e anuncia o Reino como horizonte histórico de justiça e fraternidade. Para ele, “o cristianismo libertador na América Latina é uma forma de ‘heresia sagrada’, uma força subversiva que irrompe no coração da fé” (Löwy, 2016, p. 73).

3 A RELIGIÃO COMO UTOPIA ESCATOLÓGICA

Na tradição cristã, o Reino de Deus é frequentemente descrito como uma realidade futura ideal, que transcende as estruturas de dominação, violência e pecado. O tempo messiânico é uma forma de interrupção da história linear e da normatividade jurídica. O messianismo não visa apenas um futuro distante, mas propõe uma transformação radical do presente: “O tempo messiânico não é o tempo do fim, mas o tempo que resta entre a ressurreição e o fim; ele é o tempo vivido como interrupção, como suspensão” (Agamben, 2016, p. 83). Tal concepção revela como a escatologia religiosa pode ser interpretada como uma crítica imanente ao tempo histórico e às estruturas instituídas.

A perspectiva messiânica aberta pelo cristianismo mostrar como os movimentos religiosos podem fundar as bases de transformações sociais concretas. Tal perspectiva revela a força performativa da religião sobre a organização da vida social. Isso porque as religiões fornecem modelos de mundo fundamentados na noção de revelação divina, de um plano escatológico e de uma moral transcendental. A promessa de um “paraíso” ou de uma vida eterna

em comunhão com o divino configura, por si só, uma forma de utopia transcendente. Além disso, sistemas religiosos atuam na formação de valores, na justificação da ordem social e na mobilização para mudanças históricas.

Ao longo da história, diversos movimentos religiosos se caracterizaram por projetos utópicos explícitos. O cristianismo primitivo, com sua ideia de comunhão fraterna e abolição da propriedade privada (Atos dos Apóstolos), pode ser visto como uma utopia vivida.

Na modernidade movimentos de libertação baseados em ideais cristãos se organizaram e lutaram com base em utopias religiosas. No século XVI, por exemplo, o teólogo alemão Thomas Münzer criticou a nobreza europeia e mobilizou trabalhadores urbanos e camponeses a lutarem contra os privilégios dessa nobreza e da burguesia ascendente.

Münzer defendia a ideia de que o poder seria transmitido ao povo comum [...] Münzer também criticava, por meio de cartas e sermões impressos, a arrogância e a riqueza dos nobres [...] Münzer apegava aos profetas do Antigo Testamento para legitimar o seu ódio aos poderosos do mundo terreno... (Vilela, 2013, p. 26-27).

As ideias de Thomas Münzer aprofundou uma espécie de religiosidade messiânica marcada por um utopismo cristão de realização de uma sociedade igualitária e livre. “A Guerra Final do Povo Eleito contra o mal encarnou na esperança ativa dos camponeses germânicos...” (Vilela, 2013, p. 28). Isso porque Münzer acreditava que o poder da nobreza e o crescimento e fortalecimento da burguesia mercantil agudizavam a miséria e inviabilizava, assim, “a realização de uma sociedade cristã, orgânica, harmônica e comunitária” (Vilela, 2013, p. 31).

A opressão externa, a miséria e o trabalho árduo impostos são obstáculos ao verdadeiro desenvolvimento espiritual cristão dos camponeses. Pois como pobre, analfabeto e desgastado, lerá as Escrituras? Como o miserável escolherá entre os prazeres da carne e o fortalecimento espiritual? Sem escolha e sem liberdade não há amadurecimento espiritual. É necessário, segundo Münzer, construir a terra sem males, por meio da ação. Neste paraíso terrestre os seres humanos encontrarão condições para o pleno desenvolvimento espiritual. (Vilela, 2013, p. 33)

Mircea Eliade (1992) destaca que muitos mitos religiosos projetam uma origem ideal, um tempo primordial, que serve de referência para que o ser humano se volte para o sagrado. Essa “nostalgia das origens” pode gerar tanto movimentos de reforma espiritual quanto projetos de restauração política. “Todo rito religioso é, em certo sentido, uma tentativa de retornar ao momento mítico da criação, de restaurar o mundo como ele era no princípio” (Eliade, 1992, p. 45). Essa busca por um estado original de pureza alimenta utopias espirituais. Movimentos como o cristianismo primitivo ou a teologia da libertação representam formas utópicas de engajamento com o mundo a partir da fé.

4 FILOSOFIA E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: FÉ, UTOPIA E PRÁXIS LIBERTADORA

Na América Latina, a concepção de utopia foi pensada pelos filósofos e teólogos da libertação e relacionada com a perspectiva da religião cristã. Aqui, a utopia não é apenas um projeto idealizado de perfeição, mas um ato de resistência histórica. Trata-se da negação das condições de opressão e da afirmação de novos modos de existência. Como afirma Leonardo Boff: “A utopia cristã do Reino de Deus é o motor que dinamiza o cristianismo e o faz continuamente novo” (Boff, 1986, p. 57). A América Latina do século XX, marcada por desigualdades estruturais, ditaduras militares e dependência econômica, forneceu o solo fértil para o surgimento desse pensamento, que propôs uma leitura do cristianismo a partir da realidade dos pobres. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez e o teólogo brasileiro Leonardo Boff, emergem como vozes proféticas que unem fé e política, espiritualidade e práxis. Ambos propõem uma transformação radical da sociedade, em direção a um mundo justo e livre, em que os pobres sejam sujeitos históricos e protagonistas da libertação. Eles sistematizaram uma teologia radicalmente inserida na realidade histórica latino-americana, com uma profunda opção pelos pobres. Nela, a utopia cristã é lida a partir do sofrimento dos pobres, como lugar hermenêutico da fé. Deus se revela na história concreta dos marginalizados. Isso gera uma práxis cristã que é também política.

Os teólogos da libertação utilizaram categorias do marxismo para entender a realidade social (classes, ideologia, luta, estrutura de exploração). A utopia cristã se torna, assim, uma força contra o capitalismo periférico, o imperialismo e as ditaduras militares. Essa utopia se encarna em práticas comunitárias, onde o Evangelho é vivido de forma horizontal, participativa, como experiência de libertação. A Teologia da Libertação, desse modo, integra a fé cristã com a luta pela justiça social. Nela, a utopia do Reino de Deus não é apenas uma promessa escatológica, mas uma tarefa histórica. O Reino é anunciado como projeto de libertação, que se realiza parcialmente na história através da práxis transformadora dos sujeitos comprometidos com os pobres. A utopia cristã, portanto, não se reduz a um ideal espiritual, mas é encarnada nas lutas sociais.

[...] Há na Bíblia um potencial subversivo. Uma leitura crítica e profunda do texto bíblico confirmariam que a história do mundo e a história da salvação formam uma única história e que o reino prometido não é apenas espiritual, mas também terreno. O Êxodo pode ser compreendido não como uma fuga geográfica, mas como um modelo de superação de um estado de injustiça –

nesse sentido há uma grande consonância entre a Bíblia e movimentos populares contra a ordem” (Vilela, 2013, p. 34-35).

A Filosofia da Libertação, que tem como um de seus principais representantes Enrique Dussel, por sua vez, emerge como crítica ao eurocentrismo filosófico. Dussel propõe uma filosofia feita a partir do oprimido, onde a razão é comprometida eticamente com os marginalizados. A utopia, nesse contexto, é o horizonte que rompe com o sistema vigente e aponta para a criação de uma nova ordem, justa e solidária. Trata-se de uma utopia concreta, que nasce das dores e das esperanças dos povos latino-americanos.

A teologia e a filosofia da libertação, portanto, propõem uma práxis utopizante, ou seja, uma ação histórica orientada por um horizonte crítico. Tal práxis envolve denúncia da injustiça e anúncio de alternativas, como dizia Boff (1986), o grito dos pobres é também o grito de Deus. Assim, a utopia deixa de ser um sonho inalcançável e se torna critério ético e motor político. Essa dimensão prática é visível nas comunidades de base, nos movimentos sociais e nas iniciativas ecumênicas de transformação.

Para Dussel, a utopia é “a antecipação crítica de um outro mundo possível, diferente do mundo real de opressão” (Dussel, 1986, p. 215). A utopia, nesse contexto, não é uma fuga da história, mas um chamado ético: “a realidade ética da libertação é a práxis dos oprimidos em sua luta contra a opressão” (Dussel, 1977, p. 43). Assim, a razão libertadora é sempre ética e histórica. Assim, Dussel propõe a noção de analética, um método que privilegia a escuta dos oprimidos como ponto de partida do pensamento filosófico. Tal escuta exige abertura à utopia como categoria política e espiritual.

A força social da esperança cristã, para Enrique Dussel é um dos pilares das lutas sociais latino-americanas. A esperança não é um sentimento abstrato, mas uma categoria ética, histórica e política, enraizada na tradição bíblica e elaborada conceitualmente no marco da filosofia da libertação. É uma esperança ativa, escatológica e insurgente, que se opõe às totalidades opressoras e alimenta a práxis transformadora dos pobres da Terra.

A esperança, como categoria filosófica, é pensada por Dussel a partir de uma hermenêutica da exterioridade, influenciada por Emmanuel Levinas, mas inserida em um contexto histórico de opressão colonial. A esperança não é um consolo, mas um ato ético revolucionário. A esperança é a confiança dos pobres de que Deus está de seu lado e que a libertação é possível dentro da história. Não é uma espera passiva, mas uma espera ativa que impulsiona à práxis.

Dussel considera a esperança cristã como força ética que brota da experiência do rosto do outro, principalmente do outro excluído, marginalizado, o pobre, o indígena, o escravizado,

o feminino, o oprimido. Assim, a religião cristã, para Dussel, não deve ser uma instituição de poder (como na cristandade colonial), mas uma comunidade profética, chamada a denunciar o sistema e anunciar o Reino como antecipação histórica. Por isso ele afirma que a escatologia não é apenas o fim dos tempos, mas o juízo constante da história feita a partir das vítimas. Isso porque a esperança cristã se manifesta na resistência dos pobres como sujeitos históricos. A memória de Jesus crucificado — símbolo da vítima inocente — é o núcleo simbólico dessa esperança: a cruz se transforma em lugar de denúncia e anúncio.

Em Dussel, a força social da utopia na religião cristã é, portanto, uma força política, não no sentido partidário, mas como capacidade ética de sustentar a luta histórica pela justiça. Isso se dá na práxis libertadora dos movimentos sociais, na resistência comunitária e no anúncio de uma nova humanidade. Na obra *Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão* (2012), ele propõe três níveis de ética: 1) Ética material, baseada na vida e na reprodução digna da vida; 2) Ética formal, baseada no consenso e no diálogo; 3) Ética crítica, baseada na crítica das totalidades opressoras a partir das vítimas. A esperança, a utopia cristã, está ligada à ética material da vida, ou seja, na confiança de que é possível viver com dignidade, de que a história não está fechada, e de que os pobres são os protagonistas da libertação.

Para Dussel, por conseguinte, falar do Deus cristão e da esperança é assumir o projeto histórico de libertação das maiorias oprimidas. Ele se afasta das visões puramente espiritualistas e denuncia o uso ideológico da religião como legitimação da dominação. Sua esperança é crucificada, pois nasce da dor, mas também é utópica (no sentido revolucionário), porque aponta para uma nova criação.

Retomando a perspectiva da Teologia da Libertação, em Gustavo Gutiérrez, a relação entre fé e utopia tem uma perspectiva política. Para ele, a teologia deve partir da práxis histórica e da experiência dos pobres: “A teologia da libertação parte de uma prática libertadora e visa contribuir para sua orientação” (Gutiérrez, 1975, p. 16). A utopia aparece como expressão concreta da esperança cristã. Ele afirma: “A utopia é uma expressão da esperança cristã quando esta se enraíza na história” (Gutiérrez, 1975, p. 149). Essa utopia se realiza parcialmente na luta política por uma sociedade mais justa.

Para Gutiérrez (1975), a construção de uma sociedade justa é inseparável da vivência cristã autêntica. Para ele, a libertação possui três níveis interligados, a saber: libertação social e política, libertação pessoal do pecado e libertação escatológica como comunhão plena com Deus. Assim, “a libertação é um processo abrangente que abarca todas as dimensões da existência humana” (Gutiérrez, 1975, p. 22).

A opção pelos pobres como critério teológico-hermenêutico não indica apenas uma questão de solidariedade, prática filantrópica, como muitas instituições religiosas praticam. É, todavia, uma tomada de posição histórica, que implica na denúncia das estruturas injustas e na promoção da justiça por meio da superação das condições sistêmicas que marcam o continente latino-americano. A pobreza, para Gutierrez, não é apenas carência material, mas uma realidade de exclusão estrutural. A missão cristã, portanto, é lutar contra as causas da pobreza e promover a dignidade dos pobres por meio de uma autêntica e definitiva libertação.

Leonardo Boff amplia a reflexão da teologia da libertação incorporando temas como ecologia, espiritualidade e justiça estrutural. Para ele, a utopia do Reino de Deus “não é apenas um ideal transcendente, mas um projeto histórico que interpela e julga as estruturas vigentes” (Boff, 1986, p. 48). Boff insiste que a fé cristã deve produzir frutos históricos: “A fé só se torna verdadeira quando se traduz em prática libertadora” (Boff, 1986, p. 61). Assim, a utopia cristã é um chamado à transformação real, baseada no amor, na solidariedade e na dignidade humana. Desse modo, criamos uma solidariedade radical com os crucificados da história. A utopia, então, torna-se práxis libertadora, memória viva que contesta a normalização da opressão e inspira novas práticas. Na perspectiva da Teologia da Libertação, a utopia é uma exigência da fé, um ato de fé que move o coração e transforma a realidade. A práxis libertadora baseada na relação entre fé e utopia se manifestou no continente latino-americano, notadamente no Brasil, de forma concreta nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nos movimentos sociais, nos quilombos, nas periferias urbanas e nas lutas indígenas. Nessas práticas, a utopia se encarna como luta por terra, pão, saúde, dignidade e reconhecimento. Na ótica desses movimentos, a religião, longe de ser mero consolo, um ópio paralisante, torna-se força crítica, ela a confronta e propõe alternativas.

Na obra *Jesus Cristo Libertador* (1972), Boff compreende a figura de Jesus não como um ser etéreo e alheio à realidade humana, mas como o Cristo inserido na história, comprometido com os pobres e agente de libertação. Boff oferece uma releitura da cristologia tradicional a partir das exigências concretas das classes oprimidas no contexto da América Latina marcada pela injustiça estrutural e pela exclusão social.

Boff parte do método histórico-crítico para reconstruir o perfil de Jesus de Nazaré como um judeu marginal, profeta escatológico, homem do povo, profundamente enraizado em sua cultura e tempo, destacando sua atuação junto aos excluídos e sua mensagem de reversão da ordem

vigente.

Conforme assevera, “Jesus viveu num contexto de dominação romana e exclusão social. Ele

não foi neutro: colocou-se radicalmente ao lado dos pobres, contra as estruturas opressoras.” (Boff, 1972, p. 36).

Boff ainda analisa como a fé da comunidade cristã primitiva reinterpretou a experiência de Jesus após sua morte e ressurreição. A confissão de fé (“Jesus é o Senhor”) é compreendida como um ato de subversão teológica diante do Império Romano. O Cristo não é o dominador, mas o servo, o crucificado que revela a face compassiva de Deus. Diante dessa perspectiva, Boff critica uma cristologia abstrata e dogmática, centrada em fórmulas metafísicas, que perde o contato com a vida real das pessoas. Em seu lugar, propõe uma cristologia encarnada, que parte da práxis libertadora.

Portanto, na perspectiva teológica libertadora, Jesus é o libertador integral, não apenas espiritual, mas também social, político, cultural e humano. O Reino de Deus por ele anunciado é um projeto histórico de transformação, sendo Cristo o modelo do ser humano novo, capaz de instaurar relações de justiça, fraternidade e solidariedade. A salvação, nesse contexto, não é fuga do mundo, mas compromisso com sua transformação emancipatória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utopia, no pensamento filosófico e teológico da libertação na América Latina, é uma força vital de transformação. Não se trata de idealismo ingênuo, mas de um realismo esperançoso, ancorado na dor dos oprimidos e na fé ativa. Religião, nesse sentido, não aliena, mas mobiliza; não consola apenas, mas convoca. A utopia é o nome do impossível que insiste em acontecer pela ação dos que não desistem de lutar por um mundo mais humano.

A análise da utopia e da religião cristã a partir da filosofia e da teologia da libertação na América Latina revela, assim, a potência transformadora do pensamento crítico ancorado na experiência dos pobres. Ao longo deste artigo, buscou-se demonstrar que a utopia não é compreendida como fuga idealista da realidade, mas como força histórica que emerge da práxis dos oprimidos, impulsionando a crítica e a reinvenção das estruturas sociais, políticas e espirituais.

Como se viu, a filosofia da libertação, representada por Enrique Dussel, introduziu uma ruptura epistemológica ao deslocar o centro do pensamento filosófico para os excluídos. Sua proposta de uma razão ética, encarnada na práxis histórica dos oprimidos, ampliou a compreensão da utopia como categoria ético-política. A utopia, para Dussel, é a antecipação crítica de um mundo possível, cuja viabilidade se enraíza no clamor ético dos povos marginalizados. Já na teologia da libertação, autores como Gutiérrez e Boff aprofundaram a perspectiva filosófica ao vincular a utopia ao Reino de Deus — não como um evento meramente

escatológico, mas como realidade histórica em construção. Gutiérrez enfatizou que a teologia nasce da práxis libertadora, e a utopia cristã, como expressão da esperança, exige compromisso com a justiça. Boff complementou tal ideia ao destacar a centralidade do amor, da solidariedade e da espiritualidade como dimensões intrínsecas da ação utópica.

Essas contribuições revelam uma compreensão integral da utopia como articulação entre fé, política e história. Trata-se de uma utopia engajada, que nasce do sofrimento dos pobres e se projeta como alternativa concreta às estruturas de morte. A religião, nesse sentido, não se limita ao plano da interioridade, mas atua como vetor de resistência e força ética de transformação. A utopia religiosa é, portanto, prática de esperança e construção coletiva de um mundo novo — o Reino de Deus já em germe na história.

Nos últimos anos, a força social da utopia cristã se fragmentou diante do crescimento do neoliberalismo e do individualismo, da ascensão de setores cristãos conservadores (neopentecostais e católicos tradicionalistas), que oferecem uma teologia da prosperidade ou da submissão, da crise institucional das igrejas e da secularização. Ainda assim, a utopia cristã resiste na ecoteologia, nas lutas indígenas e quilombolas, nas pastorais e movimentos sociais e na articulação com as lutas identitárias, como feminismos, antirracismo e lutas LGBTQIA+, em versões atualizadas da Teologia da Libertação.

Este artigo não pretendeu encerrar o debate proposto, mas contribuir para o aprofundamento do diálogo entre religião cristã, filosofia e política no tocante ao tema da utopia, que longe de ser um sonho distante, é a alma histórica das resistências do Sul global, um projeto coletivo que desafia as lógicas do capital, do império e da morte. Isso porque religião e utopia compartilham o poder de mobilizar afetos, transformar subjetividades e propor mundos possíveis. Ambas são expressões do desejo humano por sentido, justiça e transcendência. No entanto, seus efeitos dependem das formas históricas que assumem, das intenções que as animam e dos contextos em que se inserem. Uma utopia sem abertura à alteridade pode se tornar distopia; uma religião sem valores ética e um compromisso com a essência do Evangelho pode se tornar instrumento de dominação. Pensar a utopia e a religião de forma crítica e dialógica é, portanto, um passo necessário na busca por sociedades mais justas e humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *O tempo que resta: um comentário à Carta aos Romanos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder*. São Paulo: Vozes, 1986.

BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador: ensaio de cristologia crítica para nosso tempo*. Petrópolis: Vozes, 1972.

DUSSEL, Enrique. *Ética comunitária*. Petrópolis: Vozes, 1986.

DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1977.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação: perspectivas*. Tradução de Jorge Soares. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

LÖWY, Michael; BENSID, Daniel. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.

LÖWY, Michael. *O que é cristianismo da libertação? Religião e política na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

LÖWY, Michael. *Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa central*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

VILELA, Daniel Marques. *Utopias esquecidas: origens da teologia da libertação*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.